

MEC yeta reajuste por OTN

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As escolas que reajustarem seus preços em OTN ou fixarem mensalidades que ultrapassem seus custos, com margem de lucro superior a 10%, serão punidas. Essa foi a forma encontrada pelo Ministério da Educação, após a reunião de ontem com as instituições representantes dos estabelecimentos de ensino privados, para acabar com os abusos que estão ocorrendo nos reajustes das mensalidades. Entre as punições previstas estão a devolução do aumento abusivo ao pai do aluno, corrigido em OTN (prevista no atual Decreto nº 95.720, que liberou as

mensalidades) e o congelamento das mensalidades da escola que abusou (previsto no Decreto nº 532/69, que delega a competência do estabelecimento dos reajustes aos conselhos estaduais de educação).

Amplia-se a capacidade de recurso dos pais e dos alunos. Decidiu-se também, na reunião de ontem, que as reclamações individuais dos pais e até mesmo as denúncias divulgadas pela imprensa serão consideradas. O Ministério da Educação acatará ainda a proposta levada pelo grupo — Associação das Escolas Particulares de São Paulo — de criar uma central de reclamações em cada uma das suas delegacias estaduais.

O ministério não recebeu, como pedira, os demonstrativos de preços das 35 mil escolas particulares. Apenas os estabelecimentos de ensino superior e alguns dos sindicatos estaduais de escolas de primeiro e segundo graus apresentaram o documento. Não foi cumprida, porém, a ameaça de pedir a revogação do decreto no caso do não atendimento de sua exigência. O secretário-geral do MEC, Luiz Bandeira, declarou-se satisfeito com as informações que obteve e que serão "rigorosamente examinadas".

O decreto que libera as mensalidades escolares, porém, chegou a ter sua sobrevivência ameaçada. A certa altura da reunião, o secretá-

rio-adjunto do MEC, Hélio Mattos, chegou a defender a sua revogação, apontando a forte oposição da opinião pública à liberdade vigiada. "Nós temos uma imprensa ávida em divulgar os abusos", disse Hélio Mattos.

A reunião só começou a caminhar para uma solução de consenso duas horas depois (o encontro começou às 15h30), com a chegada do secretário-geral, Luiz Bandeira, que terminou dizendo: "A única estratégia para manter o decreto é começar a punir exemplarmente as escolas que abusarem. Agora, o MEC estudará a forma de modificar o texto do decreto incluindo essas novas propostas".